

Editorial

Desde o gradual reconhecimento em termos globais da relevância da questão ambiental, a partir de meados da década de 1960, a temática da sustentabilidade ganhou importância em todo o planeta. Esse movimento pode ser definido como uma crescente demanda de institucionalização das questões ambientais na sociedade como um todo.

Marcos do processo de institucionalização foram as conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas sobre meio ambiente, como a de Estocolmo, 1972, a Rio-92 e, mais recentemente, a Rio+20, que impulsionaram a institucionalização nas esferas governamentais, da sociedade civil e do mercado nos diversos países.

Esse processo se materializou em ações de gestão, arcabouço legal e aparato institucional e se constituiu também como área de conhecimento e campo específico de pesquisa que vem permeando diversas áreas.

Nesse contexto, há crescentes esforços no sentido de vencer os inúmeros desafios que se apresentam para o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento em bases sustentáveis. A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, a Rio+20, foi parte reconhecida desses esforços, que se somam a diversos outros, como aqueles no campo da pesquisa na temática ambiental, sobretudo considerando a sua natureza interdisciplinar.

Ao mesmo tempo em que as disciplinas devem avançar na consolidação de seus métodos, temáticas como a das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, de natureza complexa e transversal, impulsionam a troca de saberes e a necessidade eminente de colaboração.

Em 2012, a Capes lançou o Edital n° 036 com o objetivo de chamar artigos para esta edição da Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), que trata da pós-graduação e de suas associações com princípios

do desenvolvimento sustentável. Diante da efervescência e atualidade da temática, e de seus desafios, este número especial da RBPG traz 13 artigos que abordam o tema, especialmente considerando sua transversalidade e suas interdisciplinaridades, por meio de debates, experiências e estudos de caso.

Abrindo a edição e a seção Debates, em **Desenvolvimento Sustentável, Interdisciplinaridade e Ciências Ambientais**, Philippi Jr. et al. apresentam o debate sobre interdisciplinaridade na pesquisa e na pós-graduação, com foco nas ciências ambientais. É colocada em discussão a institucionalização da interdisciplinaridade e das ciências ambientais na pós-graduação brasileira, evidenciando alguns desafios e caminhos para um futuro próximo.

No segundo artigo, **Os desafios do tema sustentabilidade no ensino da pós-graduação**, Malheiros et al. trazem elementos relativos aos desafios de implementar pesquisa e ensino sobre sustentabilidade no contexto da pós-graduação no Brasil, sugerindo, assim, características aplicadas aos currículos e à perspectiva dos programas de pós-graduação no trato das questões relativas à sustentabilidade. Pela indissociabilidade dos temas inseridos na sustentabilidade, os autores destacam sua natureza interdisciplinar e seu papel enquanto mudança de valores.

No terceiro artigo, **A inserção da Química Verde nos programas de pós-graduação em Química do Brasil: tendências e perspectivas**, Zuin aborda formas pelas quais os princípios da Química Verde têm sido inseridos nos programas brasileiros de pós-graduação em Química. Considerando a importância do tema para a sustentabilidade, o artigo evidencia a existência de um processo com disciplinas, grupos, linhas e projetos de pesquisa que podem contribuir significativamente para repensar as formas de geração de materiais e instituir processos verdes.

No quarto artigo, **Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital na perspectiva dos povos da floresta**, Moura apresenta análise relativa à inclusão digital no espaço amazônico, tendo em vista que as políticas públicas de inclusão digital não se estendem para essas populações; portanto, advoga-se

pela sua inclusão, levando em conta o reconhecimento de suas culturas e o direito ao exercício da cidadania.

Completando a seção Debates, em **Desenvolvimento sustentável e algumas vulnerabilidades geradas pelo não atendimento de necessidades básicas**, Assis e Zanella abordam as vulnerabilidades individuais e sociais possíveis de serem geradas pelo não atendimento de necessidades humanas. As autoras defendem a importância de abordagens econômicas considerarem e aproximarem-se da complexidade, por meio de indicadores de sustentabilidade e de valores humanos, abordando o contexto de transição de um modelo de desenvolvimento considerado insustentável para outro, sustentável.

Ao abrir a seção Experiências, Rabelo et al. assinam o sexto artigo, intitulado **A experiência do Prodema na pós-graduação brasileira: ciência para a sustentabilidade na UFC**, em que são apresentadas as contribuições do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará para a formação de profissionais e cientistas abertos ao trabalho interdisciplinar em contextos complexos, frente às questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

No artigo **Sustentabilidade e Interdisciplinaridade: inovações e desafios dos programas de pós-graduação em Ambiente e Sociedade. O caso do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília**, Nascimento, Amazonas e Vilhena apresentam a experiência do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), evidenciando inovações e desafios desse centro, que construiu sua identidade no binômio sustentabilidade e interdisciplinaridade.

Com o artigo **Comprometimento e alinhamento da pós-graduação da PUC-Rio com o desenvolvimento sustentável**, Frota e Casarejos refletem sobre a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com o desenvolvimento sustentável, em consonância com as recomendações das conferências das Nações Unidas sobre esse aspecto. Apontam que a construção de comprometimento com relação ao tema ocorre por meio de ação integrada da universidade e discorrem sobre uma experiência relacionada a um programa de pós-graduação da instituição.

Aprendizagem colaborativa, transdisciplinaridade e gestão socioambiental na Amazônia: abordagens para a construção de conhecimento entre academia e sociedade, de Athayde et al., reflete sobre duas experiências na formação de líderes para a gestão socioambiental colaborativa na Amazônia, envolvendo a perspectiva interdisciplinar quando integra teorias e métodos de diferentes disciplinas e a perspectiva transdisciplinar quando aproveita experiências de gestão participativa e aprendizagem colaborativa envolvendo academia e sociedade, integrando perspectivas e conhecimentos de diferentes atores sociais.

Em seguida, em **A pós-graduação e a sustentabilidade do abastecimento de comunidades ribeirinhas na Amazônia por meio de água de chuva: da concepção à ação**, Veloso et al. dão sequência à necessária discussão sobre a integração entre academia e sociedade, por meio de experiência integradora de dois programas de pós-graduação na implementação de alternativas de aproveitamento da água da chuva para fins potáveis, visando contribuir para a sustentabilidade do abastecimento local.

Fechando a seção de Experiências, em **Inovação e sustentabilidade na indústria da construção: um exercício de ensino no PPG/FAU-UnB**, Blumenschein, Miller e Tomé apresentam os resultados do desenvolvimento da ferramenta Cais (Concepção e Análise em Inovação e Sustentabilidade) para a estruturação do raciocínio e análise de projetos, para que gerem resultados em sinergia com a inovação e sustentabilidade da indústria da construção.

Abrindo a seção Estudos, em **Legislação e política ambiental no Brasil: as possibilidades do desenvolvimento sustentável e os riscos do retrocesso ambiental**, Vilani traz análise da apropriação do ideal de desenvolvimento sustentável, enquanto compromisso intergeracional firmado pelas principais leis ambientais federais, assim como pela Constituição Federal brasileira.

Completando a edição, o artigo de Campelo, **As políticas públicas**

para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência, discute as ideologias das políticas públicas de combate à seca, realizadas no início do século XX, comparando-as com as políticas de convivência com o clima semiárido, que trazem uma nova configuração de estratégia para a sustentabilidade do desenvolvimento local.

Por fim, cumpre ressaltar que a experiência da pós-graduação brasileira apresenta grande amplitude, destacando-se que os artigos publicados nesta edição da RBPG representam apenas uma pequena amostra da riqueza dessa experiência nas diversas áreas do conhecimento, que têm se debruçado e atuado na temática do desenvolvimento do País em bases sustentáveis.

Arlindo Philippi Jr e
Maria do Carmo Martins Sobral